

O INDÍGENA NA OCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ: O MITO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

Gelise Cristine Ponce Martins

Professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Mestra em História pela Universidade Estadual de Maringá e doutoranda pela mesma universidade.

mw.franciskon@gmail.com

Moisés Wagner Franciskon

Professor de História da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá

mw.franciskon@gmail.com

RESUMO: O artigo que se segue, destaca a atuação e o modo de vida de grupos indígenas – Guarani, Kaingáng e Xetá – que habitaram a região situada ao norte do atual Estado do Paraná e às políticas a eles dirigidas por parte dos governos. O que se justifica diante do fato da maioria das pesquisas sobre a colonização do Norte do Paraná, propagarem um discurso que omite ou desqualifica a presença do índio, ao afirmarem que o Norte do Paraná era um “sertão desconhecido” e que se constituía num “vazio demográfico”, pronto para ser ocupado pelos pioneiros. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a história do Norte do Paraná não se iniciou no século XX, com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras. Uma vez que o território já estava ocupado por sociedades históricas com uma organização social, econômica, política e religiosa complexa, onde os diversos povos se relacionavam entre si de modo amistoso e conflituoso. E muito menos se tratava de uma região desconhecida, como demonstram as expedições realizadas por portugueses, espanhóis, bandeirantes paulistas e paranaenses dos campos gerais, desde o século XVI até o XIX.

Palavras-chave: História Regional, Grupos Indígenas, Colonização do Norte do Paraná

THE INDIGENOUS IN THE OCCUPATION OF THE NORTH OF PARANÁ: THE MYTH OF THE DEMOGRAPHIC EMPTINESS

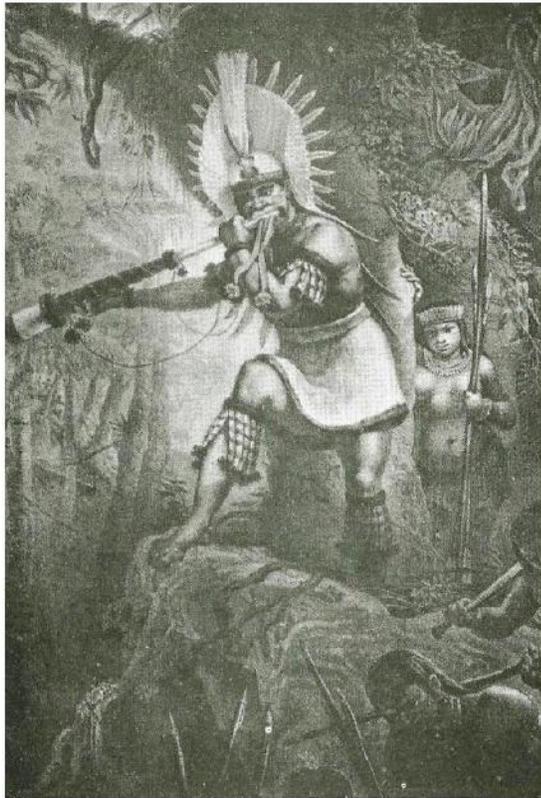
ABSTRACT: The following article highlights the performance and way of life of indigenous groups - Guarani, Kaingáng and Xetá - who inhabited the region north of the present state of Paraná and the policies addressed to them by the governments. What is justified by the fact that most of the research on the colonization of the North of Paraná, propagate a discourse that omits

or disqualifies the presence of the Indian, when they affirm that the North of Paraná was an "unknown hinterland" and that it constituted a "empty demographic", ready to be occupied by the pioneers. The objective of this work is to demonstrate that the history of Northern Paraná did not begin in the 20th century, with the arrival of pioneers and colonizing companies. Since the territory was already occupied by historical societies with a complex social, economic, political and religious organization, where the various peoples interacted with each other in a friendly and conflictive way. And much less was it an unknown region, as evidenced by the expeditions carried out by the Portuguese, the Spaniards, the bandeirantes of the state of São Paulo and the paranaenses of the general camps from the 16th to the 19th centuries.

Key-words: Regional History, Indigenous Groups, Colonization of Northern Paraná

1. INTRODUÇÃO

Segundo Tomazi (1997), os povos indígenas devem ser integrados à análise do processo de colonização do Norte do Paraná, para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada sob a ótica do capital. Como todos os homens que vivem em sociedade, eles também devem fazer parte da história da região em estudo. Mesmo que não tenham deixado registros escritos, seus relatos foram e continuam sendo feitos oralmente. Seus descendentes são a expressão viva da existência destes povos que pertencem à nossa história e que continuarão presentes tanto quanto nós.



**Figura 1: Kaingáng visto por Debret.
Fonte: JOFFILY, 1985, p. 204.**

Entretanto, nos escritos promovidos pelas companhias colonizadoras, pelos governantes, pelos geógrafos dos anos de 1930 a 1950, pela historiografia paranaense universitária e pelos livros didáticos sobre o norte do Paraná, construiu-se o discurso de que os territórios indígenas constituíam-se em vazios demográficos, prontos para serem ocupados pelos pioneiros (MOTA; NOELLI, 1999). Desde que os portugueses iniciaram a conquista do território brasileiro, a imagem dos povos que habitavam este espaço vem sendo denegrida, silenciada e deturpada para justificar as atrocidades cometidas. Ao caracterizá-los como selvagens, indolentes, preguiçosos, sujeitos, obstáculos do progresso e antíteses da civilização, visava-se exterminá-los e tomar suas terras (TOMAZI, 1997).



Figura 2: À esquerda, grafismos na cerâmica da fase Taquara, que indicariam a proximidade desta com os Kaingáng, representados na imagem à direita, fase Guatambu.

Fonte: SILVA, 2001, p. 63; 69.

Este discurso é oriundo de uma concepção de história que legitima o poder vigente, que parte do pressuposto de que só têm importância as sociedades do passado que possuem uma relação direta com a constituição da sociedade capitalista. A história da humanidade se inicia no momento da estruturação burguesa da sociedade europeia. Só tem sentido estudar o Egito Antigo, a Mesopotâmica e o mundo Greco-romano, na medida em que se podem encontrar os germes da sociedade burguesa contemporânea. As outras, como a as sociedades indígenas, são vistas apenas como obstáculos ao seu desenvolvimento. Assim, a história do Ocidente é a narrativa das nações que atuaram como agentes civilizadores, em direção aos povos que não conheciam a “civilização” (TOMAZI, 1997).

Dentre os vários estudiosos que contribuíram para o conhecimento do norteparanaense e omitiram ou desqualificaram a presença indígena na região, citamos alguns exemplos. “Permaneceu o Norte do Paraná, até o último quarto do século passado, como sertão praticamente

desconhecido e desabitado” (MUSSALAM, 1974, p. 19). “Até a introdução da empresa agrícola de exportação [café] toda a área que compõe o Planalto Ocidental Paranaense, permaneceu mata virgem quase impenetrada” (CANCIAN, 1981, p. 47). Serra (1991), referindo-se às missões jesuíticas, considera que a ocupação só se efetiva quando a cultura ocidental cristã chega à região. Cesário (1991), ao descrever os primeiros “norte-paranaenses”, apaga a presença dos índios e posseiros na região.

Mota e Noelli (1999) destacam que desde o século XVI existem relatos sobre a região e seus habitantes indígenas. Nos séculos seguintes, as várias expedições que percorreram seu interior, produziram escritos detalhados de vários de seus aspectos. Tais relatos comprovam que as invasões e as conquistas das terras indígenas sempre foram intencionais e marcadas pela violência. Em contraste com a ideia que se quer passar ao grande público, sobre uma colonização “pacífica e harmoniosa”. Uma vez que a conquista cumpriu os objetivos dos conquistadores, fossem eles espanhóis, portugueses, paranaenses ou pioneiros modernos.

Tabela 1: Datações de sítios de populações pré-ceramistas na bacia do Paraná e Paranapanema

Data A.P.	Sítio	Lab. Nº	Município	Tradição	Fonte
7020 ± 70	Brito	Gsy 6250	Sarutaia	Humaita	Vialou 1983-84
6910 ± 75	PR/FI/21	SI 4994	Foz do Iguaçu	Humaita	Chmyz 1983
6685 ± 175	José Vieira	Gsy 78	Cidade Gaúcha	Humaita	Emperaire, 1968
6505 ± 105	PR/FI/21	SI 5993	Foz do Iguaçu	Humaita	Chmyz 1983
6265 ± 80	PR/FI/21	SI 4992	Foz do Iguaçu	Humaita	Chmyz 1983
5380 ± 110	PR/QN/1	SI 1014	Mirador	Humaita	Chmyz 1977
5240 ± 150	José Vieira	Gsy 80	Cidade Gaúcha	Humaita	Emperaire
5080 ± 60	Brito	Gsy 6253	Sarutaia	Humaita	Vialou 1983-84
4650 ± 170	Camargo	LRA	Piraju	Umbu	Pallestrini e Chiara 1978
4260 ± 60	Brito	Gsy 6251	Sarutaia	Humaita	Vialou 1983-84
4065 ± 75	PR/FO/49	SI 5045	Guaira	Humaitá	Chmyz 1983
3920 ± 60	Brito	Gsy 6254	Sarutaia	Humaitá	Vialou 1983-84
3600 ± 160	Almeida	Gsy	Tejupá	Humaitá	Pallestrini 1975
3435 ± 175	José Vieira	Gsy 82	Cidade Gaúcha	Humaitá	Emperaire, 1968
2850 ± 60	PR/FI/21	SI 4995	Foz do Iguaçu	Humaitá	Chmyz 1983
2500 ± 70	Lagoa S. Paulo		Presidente Epitácio		Kashimoto 1997
2400 ± *	Almeida	IEA	Tejupá	Humaitá	Vialou 1980
2060 ± 230	Camargo	LRA	Piraju	Umbu	Pallestrini e Chiara 1978
2035 ± 70	PR/FI/21	SI 4991	Foz do Iguaçu	Humaitá	Chmyz 1983
1500 ± *	Almeida	IEA	Tejupa	Humaitá	Pallestrini 1975
1030 ± 85	Camargo	LRA	Piraju	Umbu	Pallestrini e Chiara 1978
310 ± 50	PR/JÁ/5	SI 139	Cambará	Humaitá	Smithsonian

Fonte: MOTA, 2005, p. 4; 5; 7.

2. OS PRIMEIROS OCUPANTES DO NORTE DO PARANÁ

Segundo dados arqueológicos, na região hoje situada ao norte do Estado do Paraná, viviam povos há milhares de anos atrás. Pautando-se em um modelo explicativo bastante simplificado, Tomazi (1997, p. 73-74) afirma que os Xetá, os Kaingáng e os Guarani, indígenas que habitavam este território, têm seus antepassados nas seguintes tradições: Caçadores-coletores não ceramistas: Tradição Umbu (fase Itaguajé); 8 mil anos atrás, no Norte do Paraná; Tradição Humaitá (Sítio José Vieira): 7 mil anos atrás, no Noroeste do Paraná; Tradição Sambaquiana: 7 mil anos atrás, na região litorânea. Ceramistas: Tradição Tupi-guarani: 2 mil anos atrás, no Norte do Paraná; Tradições Casa de Pedra, Itararé e Taquara: tão antigas quanto a Tupi-guarani.

Schmitz estabeleceu elementos que permitem a classificação da tradição Umbu, como seu método para lascar ferramentas de pedra, que empregava a percussão direta e indireta (bipolar) e o uso de pressão. Sua produção incluía pedras lascadas (furadores, facas bifaces, raspadores) ou não (polidores, bigorna), pedras trituradas para corantes (laterita), ossos (furadores, anzóis, agulhas), dentes (de canídeos e tubarões) e conchas manipulados, além das pinturas rupestres geométricas bimorfos e puntiformes., além de sua divisão interna em diversas outras fases, tendo por base elementos da produção de pontas de lanças, raspadores, e outras ferramentas de pedra:

As indústrias líticas pré-cerâmicas podem ser reunidas numa única tradição, chamada Umbu, com numerosas fases, as mais antigas das quais são a Uruguai, no sudoeste do Rio Grande do Sul (11.500 a 8.500 A.P.), a fase Vinilu, no sudoeste do Paraná (estimativa: entre 8.000 c 7.000 A.P.), a fase Ilaguajé, no norte do Paraná (mais dc 8.000 AR), a fase Capivara, no nordeste do Rio Grande do Sul (estimativa: 10.000 a 8.000 A.P.), a fase Umbu, começando ao redor dc 6.000 A.P., c a fase Ilapuí, mais recente, ambas no nordeste do Rio Grande do Sul (SCHMITZ, 1991, p. 4).

Mota indica o período no qual iniciou-se ocupação humana da região Norte do Paraná:

A pesquisa arqueológica identificou uma série de sítios líticos pré-cerâmicos pertencentes às tradições Humaitá e Umbu na margem esquerda do rio Paraná e Paranapanema o que mostra a presença dessas populações em toda sua extensão. Além dos sítios identificados sem datação, somente na margem esquerda do Paranapanema são 52, os pesquisadores dataram alguns deles o que evidenciou que as mais antigas populações de caçadores/coletores não Guarani e Jê teriam adentrado na região à quase 7.000 anos atrás, conforme datações C14 (Carbono 14) e termoluminescência obtidas por diversos pesquisadores (MOTA, 2007, p. 48).

Tabela 2: Datas de sítios de populações ceramistas Guarani (* = termoluminescência) nas bacias do Paraná, Paranapanema e Ivaí.

Data A.P.	Sítio	Laboratório. n°	Município	Fonte
2010 ± 75	PR/FL/140	SI 5028	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
1668 * ±	Ragil	FATEC	Iepê	Faccio 1998
1625 ± 60	PR/FL/118	SI 5021	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
1565 ± 70	PR/FL/99	SI 5019	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
1493 ± 100	MS/PR/85	FATEC	Brasilândia	Kashimoto 1997
1490 ± 45	PR/FL/21	SI 1011	Doutor Camargo	Brochado 1973
1395 ± 60	PR/FL/142	SI 5033	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
1380 ± 150	José Vieira	Gsy 81	Cidade Gaúcha	Emperaire, 1968
1248 ± 100	MS/PR/64	FATEC	Brasilândia	Kashimoto 1997
1235 ± 60	PR/FL/97	SI 5016	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
1130 ± 150	SP/AS/14	SI 422	Iepê	Chmyz 1969
1093 * ±	Ragil 2	FATEC	Iepê	Faccio 1998
1065 ± 95	PR/ST/1	SI 695	Indianópolis	Brochado 1973
1015 ± 75	MS/PR/64	Gsy	Brasilândia	Kashimoto 1997
0980 ± 100	SP/AS/14	SI 709	Iepê	Smithsonian
0930 * ±	Alvim		Pirapozinho	Kashimoto 1997
0909 ± 80	MS/PR/90	FATEC	Três Lagoas	Kashimoto 1997
0760 ± 40	PR/FO/4	SI 5039	Guaira	Chmyz 1983
0755 * ±	Neves	FATEC	Iepê	Faccio 1998
0745 ± 75	PR/FL/140	SI 5027	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0700 ± 55	PR/FL/112	SI 5036	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0625 ± 55	PR/FL/100	SI 5020	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0625 ± 40	MS/PR/35	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0610 ± 120	PR/ST/1	SI 696	Indianópolis	Brochado 1973
0600 ± 60	PR/FL/103	SI 5029	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0590 ± 70	PR/FL/15	SI 699	Doutor Camargo	Brochado 1973
0590 ± 55	PR/FL/127	SI 5024	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0580 ± 40	MS/PR/39	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0565 ± 32	MS/PR/55	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0560 ± 60	PR/FL/23	SI 700	Doutor Camargo	Brochado 1973
0540 ± 60	PR/QN/2	SI 697	Mirador	Brochado 1973
0530 ± 55	PR/NL/7	SI 6400	Diamante do Norte	Chmyz 1986
0500 ± 45	PR/UV/16	SI 1015	União da Vitória	Chmyz 1977
0490 ± 60	PR/FO/3	SI 5040	Guaira	Chmyz 1983
0480 ± 30	MS/PR/26	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0480 ± 30	MS/PR/98	FATEC	Três Lagoas	Kashimoto 1997
0475 ± 45	MT/IV/1	SI 1017	Bataiporã	Chmyz 1974
0470 ± 100	PR/FL/5	SI 694	Paraíso do Norte	Brochado 1973
0432 ± 32	MS/PD/04	FATEC	Anaurilândia	Kashimoto 1997
0425 ± 25	MS/IV/08	FATEC	Anaurilândia	Kashimoto 1997
0415 ± 75	PR/FL/104	SI 5032	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0395 ± 60	PR/FL/142	SI 5034	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0370 ± 20	MS/PR/22	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0340 ± 60	PR/FL/118	SI 5023	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0300 ± 115	PR/FL/5	SI 693	Paraíso do Norte	Brochado 1973
0280 ± 15	MS/PR/46	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0275 ± 20	MS/PD/07	FATEC	Anaurilândia	Kashimoto 1997
0260 ± 70	MT/IV/1	SI 1016	Bataiporã	Chmyz 1974
0255 ± 80	PR/FL/97	SI 5017	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0245 ± 15	MS/PR/41	FATEC	Bataguçu	Kashimoto 1997
0240 ± 30	MS/PD/06	Gsy	Anaurilândia	Kashimoto 1997
0239 ± 10	MS/PR/13	FATEC	Anaurilândia	Kashimoto 1997
0230 ± 80	PR/FL/22	SI 5015	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0205 ± 80	PR/FL/118	SI 5022	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0195 ± ?	PR/FL/141	SI 5031	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0190 ± 75	PR/FL/98	SI 5018	Foz do Iguaçu	Chmyz 1983
0180 ± 60	MT/IV/1	SI 1018	Bataiporã	Chmyz 1974
0135 ± 120	PR/FL/13	SI 698	Doutor Camargo	Brochado 1973
0110 ± 60	MT/IV/2	SI 1019	Bataiporã	Chmyz 1974

Fonte: MOTA, 2005, p. 4; 5; 7.

Tabela 3: Datas de sítios de populações ceramistas Jê (Kaingang e Xokleng) na região da bacias do Paraná, Paranapanema, Ivaí, alto Iguaçu e alto Tiete.

Data A.P.	Sítio	Laboratório. nº	Município	Fonte
0595 ± 50	BS19	Gsy 10040	Bairro da Serra SP	De Blasis 1996
0270 ± 60	Torre de Pedra	Gsy 10041	Bairro da Serra SP	De Blasis 1996
0855 ± 95	PRUB/4	SI2193	Ubiratã PR	Chmyz 1978
0735 ± 95	PRUB/4	SI2194	Ubiratã PR	Chmyz 1981
0470 ± 95	PRUB/4	SI2192	Ubiratã PR	Chmyz 1978
0848 ± 70	PR/CT/53	Beta 22644	Campo Largo PR	Chmyz 1995
0558 ± 50	PR/CT/53	Beta 22644	Campo Largo PR	Chmyz 1995

Fonte: MOTA, 2005, p. 4; 5; 7.

Interessante notar a idade da ocupação humana de outros sítios na América do Sul, como Lapa Vermelha (11.500-12.000 anos), em Minas Gerais, ou Monte Verde, no Chile (13.000-14.000 anos). O que coloca qualquer achado no Paraná bem distante cronologicamente dos principais sítios pré-Clovis do continente. No entanto, Okumura e Araujo colocam em questão a duração e a própria existência da tradição Umbu:

Apesar do grande número de sítios identificados como representantes da tradição Umbu, pouquíssimos indicadores cronológicos têm sido identificados. Isso acabou por gerar controvérsias a respeito de sua própria existência, uma vez que tal “tradição” abarcaria uma faixa cronológica demasiadamente extensa, de 11.000 a 500 anos AP. Em áreas onde os sítios associados à Tradição Umbu são abundantes, como o sudeste do Paraná e o nordeste (e possivelmente o sudoeste) do Rio Grande do Sul, a cronologia parece ser bastante recuada. Já no planalto do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no sul de São Paulo, tal tradição parece ser mais recente. A Tradição Umbu coloca um problema especial aos arqueólogos por conta de duas características básicas: sua ampla distribuição geográfica e, acima de tudo, cronológica. Seria real a permanência de uma mesma “tradição” que se estende do fim do Pleistoceno até as vésperas do período histórico? Tal questionamento tem levado à discussão da validade do conceito de “Tradição Umbu” em termos classificatórios ou mesmo organizacionais, uma vez que tal tradição é geralmente “definida” unicamente pela presença de pontas bifaciais”, indicando a existência de uma cultura não-cerâmica específica para a região do estado de São Paulo e a possível fragmentação do restante desta tradição (OKUMURA; ARAUJO, 2013, p. 112).

Schmitz aponta o Sítio José Vieira, no noroeste do Paraná, como um dos principais sítios arqueológicos da tradição Humaitá (SCHMITZ, 1991, p. 6). Dias e Hoeltz, como Okumura e

Araujo, chamam a atenção para o conceito de tradição – no caso, a Humaitá, e sua diferenciação frente à Tradição Umbu.

As prospecções exploratórias realizadas abrangeram áreas muito amplas associadas a bacias hidrográficas que, em sua maioria, apresentam contextos arqueológicos e ecológicos extremamente diversificados. [...] Enquanto as pontas de projétil representavam o fóssil guia da Tradição Umbu, a Tradição Humaitá foi definida em função da presença de artefatos bifaciais de grande porte e tipologia variada, caracterizados pela alta diversidade tipológica em termos regionais, o que justificou a definição de 22 fases arqueológicas (DIAS; HOELTZ, 2010, p. 43).

No entanto, não vão tão longe quanto os últimos autores, uma vez que não colocam em questão a própria existência da tradição Humaitá: “as indústrias líticas englobadas pelo conceito de Tradição Humaitá representam realidades complexas e sua variabilidade espacial e temporal indicam escolhas culturais que estão refletidas nas cadeias operatórias de produção e estratégias de usos” (HOELTZ, 2010, p. 64). Outros autores criticam o modelo de passagem de uma tradição para outra e a distinção entre a Umbu e a Humaitá:

Os pesquisadores voltaram-se a novas metodologias para tentar discernir com mais critérios as diferenças entre Tradição Umbu e Tradição Humaitá [...]. A crítica à ênfase na tipologia, método fundante das tradições e fases, apesar de ampliar o olhar para outros elementos das coleções arqueológicas, continuou reforçando a separação entre diferentes tradições e a unificação de suas respectivas fases. Por mais imprecisas e deficitárias que fossem as definições histórico-culturalistas, no discurso processual elas se mantêm como um fato inquestionável. Em nenhum momento é discutida a validade desses objetos de discurso, as tradições são aceitas como conjuntos representativos de alguma unidade básica [...]. Trocam-se os elementos, ampliam-se as evidências relevantes, mas não se questiona a base sobre a qual os discursos são construídos: a correlação direta entre cultura material e um tipo de identidade (CABRAL, 2005, p. 33).

Se os demais autores, ao contrário de Tomazi, não estabelecem ancestralidade entre os Xetá, os Kaingáng e os Guarani com as tradições pré-ceramistas, outros autores procuram vincular as tradições seguintes ceramistas com o grupo Jê, ou Proto-Jê. Silva procura articular os grafismos kaingangs às tradições Casa de Pedra, Itararé e Taquara – além de outros elementos demonstrativos de continuidade cultural, como assentamentos compostos por casas subterrâneas,

túmulos de terra em montículos funerários ou galerias escavadas no arenito, e as vezes, a habitação de abrigos naturais, além da cerâmica e material lítico (SILVA, 2001, p. 40-41). Dias traça as similaridades e as diferenças – resultantes da adaptação ao ambiente e do passar do tempo – entre a Tradição Taquara e os kaingáng (DIAS, 2004, p. 147). Araújo partilha da ideia de que as tradições Itararé e Taquara formam apenas uma (Itararé-Taquara), entendidas como subtradições – proposta que existe desde 1971 (ARAUJO, 2007, p. 13) e amplia o leque de descendentes destas tradições: “com base em informações arqueológicas, históricas, etno-históricas e linguísticas, a Tradição Itararé-Taquara foi associada a grupos distintos dos Guarani, provavelmente falantes de idiomas Jê, que ocupavam boa parte do Brasil meridional e nordeste da Argentina”, e a Tradição Casa de Pedra, especificamente aos Kaingáangs (ARAUJO, 2007, p. 22). A primeira fase da Tradição Umbu, situada a cerca de 11.500 anos atrás, está inserida no período da megafauna, e portanto, pode ser considerada como paleoíndia ou paleoamericana. Entretanto, sua ocorrência, nesse período, está restrita ao sudoeste do Rio Grande do Sul. A Tradição Humaitá sobreviveu até o momento do início da colonização, mantendo características paleoíndias, como a ausência de cerâmica.

De acordo com a classificação proposta pelo antropólogo J.H. Steward, os índios do Paraná pertenciam a duas das quatro grandes áreas culturais por ele estabelecidas¹: a da Floresta tropical e a Marginal. A primeira refere-se aos índios que já conheciam a navegação fluvial, a cerâmica, a rede e a agricultura; é o caso dos tupis-guaranis. A segunda engloba grupos compostos por tribos que desconheciam o uso da rede, possuíam cerâmica e agricultura muito rudimentares, vivendo da caça, pesca e da coleta de alimentos silvestres; este é o caso dos jês (WHACHOWICZ, 2010).

Os tupis predominavam no litoral, no noroeste e no oeste do Estado e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Dos jês, destacam-se os Kaingáng e os Xokléns. Em seus contatos com os nativos, os portugueses se entendiam melhor com os tupis-guaranis, visto que eram mais adiantados do que os jês, embora ambas as nações se encontrassem no estágio da pedra polida (WHACHOWICZ, 2010).

¹ Andina (índios que possuíam metalurgia e arquitetura desenvolvida, como os incas), Circum Caribe (tribos localizadas ao norte da América do Sul), Floresta Tropical e Marginal.

Portanto, os territórios localizados entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, hoje denominado noroeste do Paraná, foram ocupados desde tempos imemoriais. Com a chegada dos brancos, iniciaram-se as guerras de conquista contra as populações indígenas que ali viviam. Em vários momentos e por parte de várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. Pois a exploração das populações indígenas não ocorreu sem obstáculos, tampouco a conquista de seus territórios se deu de forma pacífica; mas com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos.

3. AS REDUÇÕES JESUÍTICAS

Conforme Mota e Noelli (1999), nos séculos XVI, XVII e XVIII a conquista dos territórios e populações indígenas era justificada em nome do “rei” (Espanha ou Portugal) e de “Deus” (reduções jesuíticas). Ao longo deste período, os conquistadores escravizaram enormes contingentes de populações indígenas e passaram a veicular os elementos básicos de sua cultura. No século XIX, a conquista ocorreu em nome da “nação brasileira” e a usurpação paulatina dos territórios indígenas foi justificada em prol da questão nacional e do perigo externo. No século XX, o que sobrou dos territórios indígenas foi destruído, em nome do “progresso”. Extensas áreas foram invadidas, desmatadas e transformadas em campos agrícolas ou inundadas para se tornarem hidrelétricas.

Pelo simples fato dos povos indígenas serem coletores e caçadores, a sociedade burguesa imprimi-lhes o estigma de que são irracionais, pré-lógicos, logo, precisam de educação. Embasada na ideia de progresso, oriunda da concepção de racionalidade iluminista do século XVIII, a cultura ocidental considera as sociedades indígenas como inferiores, primitivas, dominadas pela natureza e violentas. Uma vez que não usam os recursos naturais com racionalidade produtiva. O que levou à concepção de que estas sociedades viviam num estado de miséria absoluta, já que trabalhavam muito pouco.

Para Tomazi (1997), estas sociedades foram e ainda são, em muitos locais, a antítese da sociedade capitalista. Porque não estão voltadas para o lucro e acumulação, visando apenas o homem e sua realização. A vida é um todo indissociável, não havendo separação entre o sujeito que pensa e o meio no qual ele vive. Além de que, estas sociedades viviam com muita

abundância. Neste sentido, a sociedade burguesa não podia aceitar tal realidade. Pois o progresso que ela propõe não conseguiu distribuir a riqueza gerada para a maioria da população, ao contrário, desenvolveu mais miséria.

Em suma, esta visão histórica baseada nos conceitos de “civilização” e de “progresso” legitimou a mortandade e o extermínio dos índios (TOMAZI, 1994). As guerras de conquista iniciaram-se no início do século XVI, com as expedições portuguesas e espanholas, que cruzaram a região em busca de metais, escravos e de uma rota ao Paraguai e Peru. Acentuaram-se no século XVII, com a formação das reduções jesuíticas e com as bandeiras paulistas que capturavam os índios (TOMAZI, 1999).

Entre os séculos XVI e XVII, os Guarani viviam nesta região em grande número. Inicialmente, lutaram contra a invasão de portugueses e, principalmente, espanhóis, mas foram paulatinamente pacificados e subjugados pela ação dos jesuítas, que instalaram 13 reduções, abrigando aproximadamente 200 mil índios Guarani (TOMAZI, 1997). A partir do século XVII, os Guarani lutaram contra os bandeirantes paulistas, que invadiam sistematicamente o território do Guairá em busca de índios para preação. O território ainda foi palco de sangrentos conflitos entre os índios e os espanhóis que buscavam mão de obra para as “encomiendas” e de confrontos entre os jesuítas e as tribos que não estavam dispostas a se sujeitar ao processo de evangelização (MOTA, 1994).

O que restou das reduções jesuíticas foram apenas escombros. Os Guarani restantes da ação dos bandeirantes retiraram-se para o Rio Grande do Sul, formando os Sete Povos das Missões. Outros foram levados como escravos para São Paulo. Outra leva atravessou o rio Paraná, deslocando-se para o Paraguai e Mato Grosso. Muitos também voltaram às matas e dispersaram-se, fugindo dos caçadores de índios (TOMAZI, 1997).

Estas guerras contra as populações indígenas prosseguiram no século XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes no rio Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações, rumo ao Mato Grosso. Recrudesceram no século XIX, com a ocupação da bacia ocidental do rio Tibagi e dos campos ao seu norte, pelos fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses, que procuravam expandir seus domínios. Enfim, no século XX, a colonização “pacífica e harmoniosa” foi levada adiante pelas companhias de terras que ocuparam, lotearam e venderam os antigos territórios indígenas, com o aval do Estado do Paraná (MOTA, 1999).

4. PRESENÇA INDÍGENA NO SÉCULO XIX

O documento mais importante do período anterior ao processo de (re)ocupação da região em estudo é a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, assinada por Dom João VI e encaminhada a Antônio José da França e Horta, Capitão General da Capitania de São Paulo, que permite esclarecer uma declaração de guerra contra os índios, principalmente aos Kaingáng e Xokleng, dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. É neste momento que o índio é reconhecido como um povo, como uma nação, mesmo que seja em condição de aniquilamento. Em resumo, a política era a seguinte: ou aceitam as normas e o modo de vida civilizado, ou então serão escravizados ou aniquilados (MOTA, 1994).

A partir de 1822, a política indigenista do Império faz-se através de meios “brandos e pacíficos”, indicados por José Bonifácio: o comércio como forma de aproximação entre brancos e índios, os casamentos mistos entre brancos, mulatos e índios para unir as raças e formar a unidade nacional e a catequese dos índios pelos missionários. Essa nova política se iniciou com o decreto de 1831, que revogou as cartas régias que legalizaram as guerras contra os índios e sua escravização (TOMAZI, 1997).

Em torno de 1840, a presença indígena na região era detectada; sabia-se que havia indígenas Kaingáng e Guarani, dispersos por todo território. No mesmo momento em que se iniciava a (re)ocupação das terras situadas ao norte do Paraná, foi editado o Regimento das Missões. Pelo decreto n.º 426 de 24/07/1845, o índio foi transformado em trabalhador braçal e seus territórios foram expropriados. Esse decreto, associado à Lei de Terras (Lei n.º 601 de 18/09/1850), legitimou a ocupação das terras indígenas. O governo passou a reservá-la para colonos, transformando o índio brasileiro em expropriado e dependente da benevolência do Estado para obter algo que já era seu.

Na Quinta Comarca de São Paulo, futura Província do Paraná, a catequese foi entregue aos missionários capuchinhos, vindos da Itália em 1840. Nesta perspectiva, foi inaugurado o aldeamento de São Pedro de Alcântara, em 1855, para instalar os índios Guarani. E, em 1859, o aldeamento São Jerônimo, para instalar os índios Kaingáng. Os aldeamentos se localizavam na Colônia Militar de Jataí, criada pelo Decreto Imperial n.º 751 de 02/01/1851 e instalada em 10/08/1855 (TOMAZI, 1997).

Devido à inexistência de uma comunicação terrestre com a província do Mato Grosso e a ameaça de uma possível invasão paraguaia, o Barão de Antonina conseguiu na corte do Rio de Janeiro a criação de uma colônia militar nas margens do rio Tibagi, realizando um trabalho de aproximação com o indígena. O aldeamento recebeu o nome de São Pedro de Alcântara, em homenagem ao Imperador, e sua direção foi entregue a Frei Timotheo Castelnovo. Em frente ao aldeamento indígena, foi fundada a colônia militar de Jataí (WACHOWICZ, 2010).

Durante a Guerra do Paraguai, o aldeamento e a colônia facilitaram a subsistência dos soldados que para lá se deslocavam. E os índios, exímios canoieiros, auxiliavam o transporte e a comunicação. Após o término da Guerra, o plano de ligar o Mato Grosso com o mar pelo território paranaense foi abandonado. Em consequência, a colônia Jataí não teve o progresso desejado. Emancipou-se em 1896, tornando-se o município de Jataizinho. Com o tempo, o aldeamento indígena foi anexado à colônia. Esses dois núcleos foram os primeiros centros de colonização no norte do Paraná.

Os Kaingáng saíram dos campos de Guarapuava e Palmas em 1856, ao serem atacados pelos índios do cacique Viri, aliado aos fazendeiros da região. Os sobreviventes foram para o Mato Grosso, onde sofreram muitas enfermidades e fome. Regressaram ao Paraná e foram solicitar abrigo no aldeamento de São Pedro de Alcântara, mas aí estavam acampados seus inimigos ancestrais, os Guarani. Em 1858, assaltaram a fazenda São Jerônimo, do Barão de Antonina, que resolveu doá-la ao governo Imperial, a fim de que nela fosse organizado um aldeamento para os Kaingáng. O aldeamento de São Jerônimo desempenhou importante papel como ponto de apoio estratégico na Guerra do Paraguai (WACHOWICZ, 2010).

A situação dos aldeamentos não era tranquila, visto que os índios aldeados não cumpriam as exigências de Frei Timotheo, sem contar os muitos conflitos violentos ocorridos entre eles. Em 1895, com a morte do Frei, extinguiram-se os aldeamentos. Até 1912, várias tentativas foram feitas para reorganizá-los, mas todas infrutíferas. Apesar da existência dos aldeamentos, vale lembrar que essa não era a única forma de se tratar a questão indígena no Paraná, pois ocorreram muitas chacinas. Situação que levou à intervenção do governo federal que, em 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), órgão que também incluía a questão dos caboclos e posseiros. Seu objetivo era

pacificar o selvagem e transformá-lo em força produtiva, tornando acessíveis as terras dos sertões brasileiros, sob a ótica de sua valorização para o capital.

Os Kaingáng foram os principais personagens da resistência contra a penetração dos novos ocupantes nas terras do Paraná (Campos de Guarapuava e sertão do Tibagi/Cinzas), desde o final do século XVIII até o século XX. De língua Jê, foram ocupando pouco a pouco o espaço que antes era dos Guarani, tendo se instalado nas bacias dos rios Tibagi, Paranapanema, Ivaí e Iguaçu. A conquista de suas terras iniciou-se com a expedição de Afonso Botelho, em 1768, e terminou em 1930, quando os últimos representantes desse povo foram alojados em reservas (TOMAZI, 1997).

Pode-se dizer que, a partir da segunda metade do século XIX, com o interesse crescente da sociedade luso-brasileira sobre as terras ocupadas pela população Kaingáng, a conquista destas terras realizou-se à custa da violência generalizada contra todos os grupos que se opuseram a ela, violência essa frequentemente praticada por grupos indígenas já submetidos e aliados ao “branco”, armados e subvencionados pelos governos provinciais. Nessa triste história destacaram-se os nomes de alguns caciques Kaingáng que serviam aos interesses luso-brasileiros como os de Condá, Viri, Doble, Portela, Prudente e Fongue (VEIGA, 1994, p.34 apud TOMAZI, 1997).

A análise histórica da ocupação da região não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Pois, alianças foram estabelecidas e rompidas por ambas as partes. Segundo Mota e Noelli (1999), devem ser considerados os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados, bem como as etnias Guarani e Jê (Kaingáng e Xokleng), que eram inimigas. Em certos momentos um grupo indígena poderia procurar as reduções, não obstante fosse refratário à pregação missionária. O que poderia significar uma tática para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo nas “encomiendas” espanholas.

Logo, além dos brancos, os Kaingáng tinham por inimigos seculares os Guarani e os Xetá, os quais sempre mantiveram sob dominação e escravidão. Entretanto, temiam os Xokleng. A alimentação era resultado da caça, pesca, coleta e de uma agricultura rudimentar. A divisão do trabalho era sexual e normalmente andavam nus. Os Kaingáng possuíam uma explicação para o mundo, baseada em mitos que permeavam toda sua vida. Fato que rompe com a ideia de que eles não tinham uma explicação para a origem das coisas, como nós temos, seja ela mítica (mito do

Éden) ou científica (Big-bang, Teoria da Evolução, etc.). No caso da morte, por exemplo, eles acreditavam que todo ser humano tem um corpo que morre (hâ) e uma alma (kumbâ) que vive após a morte. Quando alguém morre, o Kumbâ se separa do hâ e vai para outro mundo, designado Numbê (TOMAZI, 1997).

Descrever a história dos Xetá é revelar a realidade da quase extinção de um povo. Pertencentes à família linguística Tupi, podem ter vivido em torno da atual região que vai do município de Apucarana até o rio Paraná. Quando contatados se encontravam na Serra de Dourados, no noroeste do Paraná, região do atual município de Douradina. O primeiro contato com o homem branco de que se tem notícia é oriundo do relato de Franz e Joseph Keller (1865). Enviados pelo presidente da província do Paraná para explorar a região do Ivaí, Tibagi e Paranapanema, com a recomendação de que fizessem uma descrição das “tribos selvagens” que encontrassem, afirmaram que os Kaingáng aprisionavam elementos de outro grupo, que designavam como Curu-tom, expressão referente aos Xetá (TOMAZI, 1997).

O segundo encontro se deu em 1874, quando um grupo de Xetá foi capturado pelo engenheiro inglês Bigg-Wither. Em 1889, Telêmaco Borba encontrou dois Xetá entre os Kaingáng, na condição de cativos. Em 1907, o cientista tcheco Fric encontrou três prisioneiros num acampamento Kaingáng, com as características dos Xetá. Em 1945 e 1949, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) enviou expedições à procura dos Xetá, encontrando 10 acampamentos abandonados. A partir de 1950, com a presença de mais colonos e com o desmatamento concomitante, os contatos foram ocorrendo (TOMAZI, 1997).

Assolados pela fome, em virtude das fortes geadas terem destruídos os palmitos e outras espécies de vegetais que lhe serviam de alimento, os Xetá entraram em contatos esporádicos com os plantadores de café da região. Até então, a notícia de que existiam índios selvagens no Paraná era tão inverossímil que o SPI não dava crédito. Após as constantes interferências de um grupo nos ranchos da Fazenda Santa Rosa, foram enviadas várias expedições, que entraram em contato com parte destes índios (WACHOWICZ, 2010).

Em 1955, o SPI encontrou os últimos grupos Xetá na Fazenda Santa Rosa de Antônio Lustosa de Freitas e no interior da mata. As informações que se têm é que uma epidemia de gripe dizimou muitos Xetá. Outros foram morrendo nos anos seguintes. Ficando apenas dois adultos e algumas crianças que foram adotadas, perdendo sua cultura e idioma. Atualmente, alguns deles

vivem em reservas Kaingáng. “Os Xetá morreram porque o homem “civilizado” não soube compreendê-los” (WACHOWICZ, 2010, p. 30).

Provavelmente, os Xetá² teriam sido mais numerosos, mas o constante perigo representado pelos colonos brancos e pelos Kaingáng fez com que se dispersassem, passando a viver em pequenos grupos nômades, subsistindo da coleta, caça e da pesca. Antes do processo de (re)ocupação os impelir ao nomadismo, os Xetá eram seminômades, viviam em acampamentos (okas) próximo aos rios e cultivavam algumas espécies vegetais. Sobre suas crenças e rituais existem poucas evidências coletadas. A principal crença está ligada a espíritos maus (Möu), que eles espantavam com amuletos de crânios de animais. E um dos rituais é o da perfuração labial, cerimônia realizada apenas com meninos entre sete e dez anos. Um rito de passagem para a fase adulta (TOMAZI, 1997).

Portanto, os Kaingáng e os Xetá, como todos os homens em outras sociedades, tinham uma vida e uma convivência baseada em certos padrões de regularidade. Construíam suas moradias, alimentavam-se com o que conseguiam encontrar no meio em que viviam, produziam seus instrumentos, enfeitavam-se, cantavam, enfim, viviam, como qualquer ser humano. Possuíam também explicações para o seu mundo e para o que havia acontecido num passado imemorial. Pode-se concluir que “a terra não estava vazia e a mata não era virgem”. Estas já estavam ocupadas por sociedades históricas, com uma organização social, econômica, política e religiosa complexa, onde os diversos povos se relacionavam entre si de modo amistoso e conflituoso (TOMAZI, 1997, p. 74).

Segundo Joffily (1985), vários autores confirmam a existência de populações indígenas nas margens do Paranapanema (900 km), do Ivaí (858 km) e do Tibagi (530 km), na década de 20. À medida que iam sendo escorraçados pelos jagunços, refugiavam-se em solos improdutivos desprezados pelos invasores. Com o tempo, foram transformados em boiasfrias. E não faltava pretexto para que se pagasse o salário pela metade: “[...] índio não gosta de trabalhar e jamais

² Braz Ponce Martins encontrou alguns objetos indígenas em sua propriedade, no município de São Tomé e as guardou na galeria “Arte Braz”. São fragmentos de vasos em cerâmica (que o mesmo tentou restaurar colando-os com “Durepoxi”) e ferramentas (machadinhas feitas de pedra polida), que Braz acreditava serem de uma tribo de Xetás. No local em que foram encontrados os vestígios arqueológicos, o café não se desenvolve direito (PONCE MARTTINS, Gines. Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins. Cianorte, 11 de junho de 2012).

fará o que o branco está fazendo na área” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 85).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os territórios entre os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, onde estão assentadas modernas cidades como Londrina, Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Cascavel e centenas de outras, nunca estiveram vazios, desde a sua humanização, há mais de 10 mil anos, com a chegada dos primeiros habitantes. Do mesmo modo que não eram sertões desconhecidos como quer fazer acreditar certa historiografia. Contrariando as infundadas ideias disseminadas pelas elites paranaenses, a história da região norte do Paraná não se iniciou com a chegada dos pioneiros e das companhias colonizadoras (MOTA, 1999).



**Figura 3: Família Kaingáng. Aldeamento de Tamarana, em Londrina.
Fonte: JOFFILY, 1985, p. 205.**

Apesar dos massacres particulares e da ação dos governos, os índios viviam e ainda vivem no norte do Paraná. Adotaram e reinterpretaram os padrões ocidentais, conforme seus objetivos e necessidades, em um processo permanente de produção de novos significados e valores, recriando o passado e afirmando sua identidade indígena. Para poderem reivindicar seus direitos constitucionais, na defesa dos territórios que lhes sobraram, valendo-se de expedientes do mundo dos brancos (acordos governamentais, advogados, etc.). O que demonstra que a questão da violência e da expropriação das terras indígenas não são coisas do passado. A posse das terras indígenas não tem o mesmo estatuto jurídico daquelas que possuem escrituras em cartórios, aos olhos dos fazendeiros e posseiros (TOMAZI, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 20, 2007.
- CABRAL, Mariana Petry. **Sobre coisas, lugares e pessoas: Uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). PUC-RS. Porto Alegre, 2005.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 47.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico**. In: PAZ, Francisco Moraes. **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.
- DIAS, Adriana Schmidt; HOELTZ, Sirlei Elaine. Indústrias líticas em contexto: o problema Humaitá na arqueologia sul brasileira. **Revista de Arqueologia**, v. 23, n. 2, 2010.
- DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Tradição Taquara e sua ligação com o índio kaingáng**. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS. São Leopoldo, 2004.
- JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng: a história épica dos índios Kaingáng no Paraná (1729-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.
- MOTA, Lúcio Tadeu. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquista e relações interculturais. **Fronteiras: Revista de História, Dourados**, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco, Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

MUSSALAM, René. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**, Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 1974.

OKUMURA, M.; ARAUJO, A. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: Caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. **Revista Museu Arq. Etn.**, São Paulo, n. 23, 2013.

PONCE MARTTINS, Gines. **Entrevista concedida a Gelise Cristine Ponce Martins**. Cianorte, 11 de junho de 2012.

SCHMITZ, P. I. Áreas arqueológicas do Litoral e do Planalto do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 7, 1991.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em História). UNESP. Rio Claro, 1991.

SILVA, Sérgio Baptista da. **Etnografismos dos grafismos kaingáng: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). USP. São Paulo, 2001.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: História e Fantasmagorias. Tese (Doutorado em História). UFPR. Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região Norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Enviado em: 29/08/2018

Aceito em: 29/10/2018